

Estudos técnicos – CNM – Março/2020

REIVINDICAÇÕES MUNICIPAIS E O PLANO EMERGENCIAL DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19

A pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-9) abalou a rotina social e econômica do Brasil e do mundo. As medidas para frear o aumento da contaminação são drásticas e necessitam da colaboração de toda a sociedade, a fim de tentar minimizar o número de casos fatais e reduzir o tempo de confinamento, conforme recomendação das autoridades nacionais e internacionais de saúde.

No entanto, os efeitos da chegada do vírus ao território brasileiro não se resumem a hospitais lotados e ruas vazias. Elas vão desde o comércio local à entrada de voos no espaço aéreo, causando um ambiente de instabilidade e tensão entre a população – nos mais remotos Municípios – e os representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário dos governos federal e estadual e municipal.

E, neste contexto, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem trabalhado com os órgãos governamentais à procura de saídas para aquela que promete ser a pior crise dos últimos anos. Ao mesmo tempo em que adormece o comércio e a economia, a pandemia requer maior investimento de recursos para o enfrentamento, ou seja, um aumento de gastos, principalmente dos Municípios, responsáveis pela saúde básica e ações de prevenção de doença; com uma queda repentina da arrecadação e da produção.

Para minimizar os efeitos da pandemia de coronavírus nos Entes municipais, a CNM apresentou 17 reivindicações aos presidentes da República, Jair Bolsonaro; da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ); e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP). As demandas urgentes também foram enviadas ao STF, ao TCU e aos ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta; e da Cidadania, Onyx Lorenzoni.

Ao reconhecer a legitimidade dos pleitos, o governo federal anunciou as primeiras medidas de apoio aos Entes estaduais e municipais, das quais algumas vão ao encontro das reivindicações municipalistas apresentadas pela CNM para viabilizar as ações emergenciais de enfrentamento do coronavírus nos Municípios.

Medidas do governo federal

O governo federal anunciou um conjunto de medidas emergenciais para atuar no combate aos efeitos diretos e indiretos da Covid-19, mas ainda não existe um detalhamento suficiente

delas para que se possa fazer uma avaliação completa. Portanto, estamos basicamente apenas reproduzindo o que foi divulgado e fazendo algumas especulações sobre sua implementação.

Falando de maneira geral, o governo anunciou um montante de R\$ 88,2¹ bilhões para auxiliar Estados e Municípios durante a crise, os quais estariam distribuídos para as seguintes finalidades:

- Recomposição FPE e FPM = R\$ 16 bi
- Transferência para saúde = R\$ 8 bi
- Orçamento Assistência Social = R\$ 2 bi
- Suspensão de dívidas dos Estados com a União = R\$ 12,6 bi
- Renegociação com bancos federais = R\$ 9,6 bi
- Operações de crédito = R\$ 40 bi

Analisando rapidamente algumas delas, o que podemos dizer?

1) Recomposição de FPM

Ao reservar cerca de R\$ 16 bilhões para transferir aos Estados e Municípios em compensação pela frustração de receitas esperadas com a crise econômica decorrente da pandemia, o Ministério da Economia sinaliza que espera uma retração do PIB de até 6% em 2020. Trata-se de uma especulação derivada da grandeza dos números, pois R\$ 16 bilhões seria a queda aproximada da receita dos fundos de participação (em comparação ao cenário pré-crise) que teríamos caso o PIB caísse 6% (em vez de crescer 2%) e a inflação se situasse em torno de 3% (em vez de 4%).

Abaixo, nossas simulações para o caso específico do FPM, para o qual se imagina que o governo federal tenha reservado metade dos R\$ 16 bilhões, ou seja, R\$ 8 bilhões. A projeção pré-crise era de que o FPM líquido passaria de R\$ 90,4 bilhões em 2019 para R\$ 95,9 bilhões em 2020, com o PIB crescendo 2% em termos real mais 4% por aumento de preços.

Projetando os possíveis cenários de crise, podemos ver que o PIB precisaria cair 6% em termos reais (ou 3% nominalmente) para que o valor do FPM deste ano ficasse R\$ 8,3 bilhões abaixo do inicialmente esperado. Contudo, não sabemos se o seguro-receita que o governo anunciou com os R\$ 16 bilhões leva em conta a receita de 2019 ou o valor esperado para 2020 (como nós consideramos).

¹ Valor anunciado no site do Ministério da Economia no link: <http://www.economia.gov.br/noticias/2020/marco/governo-anuncia-medidas-de-cooperacao-para-estados-e-municipios-para-o-combate-a-pandemia>

Cenários		PIB	Inflação	FPM	Auxílio
Pré Crise	2019			90.409	
	2020	2%	4%	95.906	
Pós-Crise	2020	-1%	3%	92.191	3.715
	2020	-2%	3%	91.259	4.647
	2020	-3%	3%	90.328	5.578
	2020	-4%	3%	89.397	6.509
	2020	-5%	3%	88.466	7.440
	2020	-6%	3%	87.534	8.372

Obs: Valores do FPM Líquido

2) Transferência para saúde

O aporte anunciado de R\$ 8 bilhões seria uma resposta à demanda apresentada pelos prefeitos (R\$ 2 bilhões) e pelos governadores (R\$ 4 bilhões) de recursos para ações emergenciais na área de saúde: 4,50 reais *per capita* para compra de kits de teste do coronavírus e equipamentos, para criação de leitos e conclusão de obras. Segundo o anunciado, o governo estaria preparando duas medidas provisórias prevendo repasse de R\$ 8 bilhões para os fundos estaduais e municipais de saúde nos próximos quatro meses. Mas não se sabe quais seriam os critérios adotados.

Estamos em contato com a área técnica do Ministério da Saúde para obter informações detalhadas e ver quais seriam os critérios mais justos na divisão desses recursos entre os Fundos Municipais de Saúde.

3) Orçamento de assistência social

Governo anunciou R\$ 2 bilhões para assistência social, sem detalhar sua aplicação.

Este era um dos pleitos prioritários da CNM e do movimento municipalista, pois existem débitos do Ministério para com os Municípios desde 2016, referentes aos serviços e aos programas pactuados e, com a pandemia, essa área será extremamente impactada. Segundo o Colegiado Nacional de Gestores Municipais (Congemas), esse débito se aproxima dos R\$ 2,3 bilhões, e também não há disponibilidade orçamentária para a manutenção desses programas neste ano de 2020. Com esse aporte, o Orçamento obterá uma recomposição. Em relação à diferença, vamos interceder para essa seja utilizada, de forma emergencial, no apoio ao financiamento dos Benefícios Eventuais.

4) Demais ações: dívida e linhas de crédito

O governo anunciou linhas de crédito de até R\$ 40 bilhões, sendo R\$ 10 bilhões para Estados e Municípios que enfrentam dificuldades de pagamento; porém não detalhou critérios e condições de liberação. Além disso, o governo federal suspendeu provisoriamente (em 2020) a

cobrança da dívida que Estados e alguns Municípios possuem com a União. Alguns já não vinham pagando essa dívida, como é o caso do Rio Grande do Sul, de modo que – nesse caso – a medida não surtiria efeito prático.

Por fim, também está sendo planejada (embora ainda não tenha sido anunciada) uma política de complemento de renda para as famílias mais pobres que estão inscritas no cadastro único dos programas sociais, o que inclui mais do que os recebedores do Bolsa Família. No país, o público-alvo são 28 milhões de famílias, no RS são quase 1 milhão.

A CNM ainda está atuando em várias outras frentes, junto ao Congresso Nacional existem alguns projetos de lei que estão sendo votados de acordo com a nossa pauta. Estamos fazendo pedidos individualizados aos Ministérios da Saúde, da Cidadania, da Economia, diretamente ao Palácio do Planalto, a fim de que essas e outras pautas sejam resolvidas o mais rápido possível.

Continuem acompanhando nosso portal.